

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Governo já tem rombo de R\$ 148,17 bilhões nas contas públicas

Veículo: Amazonas Atual

Data: 16.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://amazonasatual.com.br/governo-ja-tem-rombo-de-r-14817-bilhoes-nas-contas-publicas/>

16 de agosto de 2018

Governo já tem rombo de R\$ 148,17 bilhões nas contas públicas



Para 2019, a estimativa das instituições financeiras para o déficit foi mantida em R\$ 123,288 bilhões (Foto: Wilson Dias/ABr)

Da Agência Brasil

BRASÍLIA – Instituições financeiras consultadas pelo Ministério da Fazenda reduziram a previsão para o resultado negativo das contas públicas neste ano. A estimativa do déficit primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) passou de R\$ 149,642 bilhões, em julho, para R\$ 148,171 bilhões, em agosto.

A estimativa está abaixo da meta de déficit prevista pelo governo, de R\$ 159 bilhões. O resultado primário é formado por receitas menos despesas, sem considerar os gastos com juros.

Os dados constam da pesquisa Prisma Fiscal, elaborada pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com base em informações do mercado financeiro.

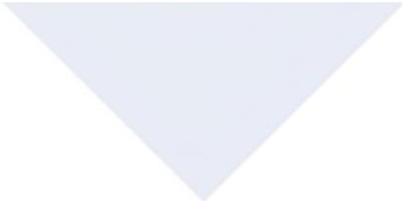


Para 2019, a estimativa das instituições financeiras para o déficit foi mantida em R\$ 123,288 bilhões.

A estimativa para as despesas, neste ano, chegou a R\$ 1,367 trilhão, ante R\$ 1,366 trilhão, previstos em julho. As receitas líquidas devem chegar a R\$ 1,220 trilhão, em 2018, contra R\$ 1,217 trilhão, na previsão anterior.

Para 2019, a projeção de receita líquida do Governo Central é de R\$ 1,304 trilhão, ante R\$ 1,302 trilhão previstos no mês passado. No caso da despesa total, a projeção ficou em R\$ 1.424 trilhão, ante R\$ 1,422 trilhão, previsto em julho.

A pesquisa apresenta também a projeção para a dívida bruta do Governo Central, que, na avaliação das instituições financeiras, deve ficar em 76% do Produto Interno Bruto (PIB – soma de todas as riquezas produzidas pelo país), neste ano. Essa é a mesma previsão divulgada em julho. Para 2019, a estimativa ficou em 78,08% do PIB, ante 78,10% previstos no mês passado.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Decreto cria cotas para presos e ex-presidiários em empresas contratadas pela União

Veículo: Amazonas Atual

Data: 16.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://amazonasatual.com.br/governo-ja-tem-rombo-de-r-14817-bilhoes-nas-contas-publicas/>

Decreto cria cotas para presos e ex-presidiários em empresas contratadas pela União

Objetivo é facilitar a inserção dessa população no mercado do trabalho; texto foi assinado por Cármen Lúcia, presidente da República em exercício

BRASÍLIA - A presidente da República em exercício, **Cármen Lúcia**, assinou decreto nesta terça-feira, 24, que institui a Política Nacional de Trabalho no Sistema Prisional e, com isso, obriga empresas contratadas pela administração pública a empregar presos e ex-presidiários como parte da mão de obra. O objetivo, segundo o governo, é facilitar a inserção deles no mercado do trabalho. O decreto será publicado no *Diário Oficial da União* (DOU) e possui efeito imediato.

Pelo texto, fica estabelecido que a obrigatoriedade valerá para os contratos com valores anuais acima de R\$ 330 mil. Nestes casos, a quantidade de vagas destinadas para presidiários e ex-presidiários dependerá do número total de funcionários demandado para o serviço e poderá variar de 3% a 6%. Entre os serviços possíveis estão limpeza, conservação, alimentação, consultoria, engenharia e vigilância.

A medida vale para pessoas presas em regime fechado, semiaberto ou aberto, ou egressas do sistema prisional. Aqueles que cumprirem as exigências, como o cumprimento de pelo menos um sexto da pena, receberão salário e também auxílio para transporte e alimentação, além de poderem utilizar o serviço para pedir redução da pena. Eles passarão por avaliações mensais, feitas pelas empresas, que serão encaminhadas ao juiz responsável pela execução da pena.

Para o ministro da Segurança Pública, **Raul Jungmann**, a medida busca humanizar o cumprimento da pena e engajar as empresas. "Essa política é fundamental porque cria condições para presos e egressos contarem com possibilidade real de ressocialização", afirmou.

Além de ajudar a aliviar o sistema carcerário no País, o ministro Raul Jungmann considera que a medida também deve contribuir para o combate ao crime organizado. "Se não implementarmos um trabalho como esse, a facção criminosa estará sempre criando relação de dependência com os presos. Se não criarmos alternativas, quem vai assistir esses jovens são as facções."

De acordo com o ministro de Direitos Humanos, Gustavo Rocha, a ideia do decreto é regulamentar dispositivo da Lei 8.666, de 1993, e tornar obrigatória a contratação de presos e egressos do sistema prisional nas empresas.

"No edital de licitação haverá previsão para contratação desses presos e será obrigatório que essas empresas absorvam mão de obra para permitir socialização", explicou Gustavo Rocha. Ele avaliou que a política é simples, mas possui "efeito fundamental".

Existe um artigo no decreto, no entanto, que abre brecha para a empresa não cumprir a determinação. "A administração pública poderá deixar de aplicar o disposto neste artigo quando, justificadamente, a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inviável", diz o trecho.

Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia está interinamente no comando do Palácio do Planalto em razão de viagens ao exterior do presidente Michel Temer e dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE).



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Maioria das empresas projeta crescimento

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 16.08.18

Caderno: Economia

Página: A6

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Mesmo com desafios nos cenários político e econômico, 60% das empresas brasileiras de médio porte têm planos de crescimento entre 6% e 25% no segundo semestre. Expectativa está direcionada ao mercado doméstico. De acordo com estudo realizado pela consultoria Ernst & Young (EY), 57% das empresas participantes esperam um crescimento entre

Empresas de médio porte buscam ainda aproveitar mercado local diante das dificuldades para exportações

6% e 10% em 2018, dois pontos percentuais abaixo do mesmo levantamento feito em escala global. Enquanto 38% das empresas planejam crescer entre 0% e 5%, apenas 3% preveem aumento entre 11% e 25% no período.

Segundo o líder de mercados emergentes da EY, Leonardo Donato, a expectativa das empresas se mostrou maior do que o esperado. "Não é um crescimento tímido. Ele demonstra que, apesar das dificuldades que o país enfrenta, esse segmento de mercado continua tendo importância e apetite para crescer",

Maioria das empresas prevê resultado direcionado ao mercado interno

Maioria das empresas projeta crescimento





Lenta recuperação da economia ainda se mostra como desafio

afirma ao DCI.

A pesquisa contou com as respostas de executivos de mais de cem empresas que atuam nos setores financeiro, de bens de consumo, varejo, educação, saúde e serviços. Apesar do resultado positivo, Leonardo ressalta que a expectativa das empresas não reflete uma percepção de melhora da situação do país. “Uma questão importante é que esses empresários que esperam crescer 10% não apostam tanto no crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil, eles apostam em ganhar market share, em aumentar suas fatias”, diz.

O levantamento ainda mostra que foco das companhias está

voltado ao mercado local. “O mercado brasileiro em termos de potencial de consumo é de grande importância, possui uma demanda que ainda não é atendida. Se algumas medidas forem tomadas com o novo governo, a questão do poder de consumo consegue ser revertida e teremos, então, o aquecimento desse setor. A expectativa das empresas está em torno disso”, comenta.

Para ele, a importância dada ao mercado doméstico é justamente o que diferencia o Brasil de outros países considerados emergentes. “Quando olhamos para China, Índia ou a Rússia, há um percentual muito importante de crescimento esperado

fora do país, principalmente com exportações, seja de produtos e serviços. Aqui ainda não temos isso”, diz. Segundo o levantamento, o fato de que a economia do país ainda não cresce de forma acelerada foi citado como um dos principais obstáculos para as empresas. “Nós temos um país que tem crescido de forma muito lenta nos últimos anos e que não tem entregado o crescimento de um país emergente. Crescer em um ambiente que não cresce é desafiador”, conclui Leonardo.

O fluxo de caixa insuficiente e a disponibilidade de crédito também foram mencionados na pesquisa, com 29% e 20% de menções, respectivamente.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Exportações no AM cresceram 25% no primeiro semestre

Veículo: Em Tempo

Data: 16.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

No ranking dos produtos que tiveram maior crescimento, estão os minérios, com 127%; os aparelhos de barbear não elétricos, com 104%; e as motocicletas, com 60%

Exportações no AM cresceram 25% no primeiro semestre

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) divulgou os dados da balança comercial com os resultados do primeiro semestre deste ano. No Amazonas, os números são promissores em comparação ao mesmo período do ano passado e apontam um crescimento de 25% nas exportações.

No ranking dos produtos que tiveram maior crescimento, estão os minérios (nióbio e tântalo), com 127%; os aparelhos de barbear não elétricos, com 104%; e as motocicletas, com 60%. Os principais países de destino desses produtos são a Argentina e a Colômbia, que representaram mais de 50% das exportações do Estado.

Para o especialista em economia e gerente do Centro Internacional de Negócios do Amazonas (CIN-AM), Marcelo Lima, o aumento nas exportações do Estado significa que a economia está ficando mais dinâmica e diversificada. "Para crescer e ampliar os negócios, nossas empresas precisam buscar o caminho do comércio exterior", aponta Marcelo.

Negócios internacionais

Conforme o economista, o Brasil possui um grande mercado interno, o que, sem dúvida, representa uma oportunidade e uma situação cômoda para muitas empresas que preferem priorizar o mercado doméstico e não chegam a se interessar seriamente pelas exportações. "En-

tretanto, mesmo neste cenário, cada vez mais, os empresários brasileiros começam a considerar as exportações como uma decisão estratégica importante para suas empresas e para o desenvolvimento de seus negócios. Aqui no CIN-AM, nós incentivamos e orientamos os micro, pequenos e médios empresários do Estado a exportarem os seus produtos", garante Lima.

Ele acredita que, com capacitação e orientações necessárias, a empresa percebe que, ao exportar, adquire um diferencial de qualidade e competência, pois precisa adequar seus produtos aos padrões do mercado externo, gerenciar condições

que não ocorriam anteriormente e obter ganhos de competitividade. "A empresa que passa a exportar de forma sustentável, geralmente, obtém melhoria da sua imagem com fornecedores, bancos e clientes e isso se reflete, também, em suas operações no mercado interno", realça Marcelo Lima.

Capacitação

Em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) organiza, por meio do seu Centro Internacional de Negócios, um circuito de capacitação, que tem como foco sensibilizar empresá-



rios sobre entraves ao produto brasileiro no exterior. A ação acontecerá nas cinco regiões do Brasil e deve acontecer em Manaus, em outubro.

Os participantes também terão acesso ao Manual de Barreiras, elaborado pela CNI. Em seguida, é a vez do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) explicar o Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras (SEM Barreiras) do governo federal e como as empresas podem solicitar, por meio do sistema, o apoio do Estado na investigação de possíveis barreiras. "Micros e pequenas empresas são prejudicadas pelas barreiras, pois

têm menos recursos. A sensibilização do empresário e atuação do setor privado junto ao governo é fundamental para que o Brasil tenha melhores condições de negociar a remoção das barreiras ao produto nacional", finaliza o gerente.

Os principais países de destino desses produtos são a Argentina e a Colômbia, que representaram mais de 50% das exportações do Estado

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: FGTS registra lucro de R\$ 12,46 bilhões em 2017 e metade é distribuído entre os trabalhadores

Veículo: CBIC Hoje

Data: 15.08.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-15.08.2018.pdf>

FGTS registra lucro de R\$ 12,46 bilhões em 2017 e metade é distribuído entre os trabalhadores



Este é o segundo ano em que metade do lucro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é distribuída entre os trabalhadores, cujo rendimento total fica acima da inflação. Para o ministro das Cidades, Alexandre Baldy, o superávit significa uma grande conquista dos trabalhadores. Os dados foram divulgados ontem (14/08) pelo Conselho Curador do FGTS. "O Fundo, considerado um patrimônio dos trabalhadores, é fundamental ao aquecimento da economia, por meio da geração de novos postos de trabalho e renda. Além disso, contribui para o incremento de investimentos em habitação, bem como em áreas essenciais à população carente, como saneamento e infraestrutura urbana", afirmou Baldy.

Cabe ao Conselho Curador do FGTS, juntamente com o Ministério das Cidades, direcionar os recursos voltados aos programas de governo, os quais se transformam em benefícios sociais para os cidadãos. Como gestora, a Pasta aloca valores em investimentos para obras de habitação, saneamento e infraestrutura urbana. Utiliza-os no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), segmentado em três faixas de renda para atendimento a famílias residentes em área urbana e rural: Faixas 1,5, 2 e 3. "Sem dúvida, a manutenção dos recursos do FGTS tem reflexos diretos no aquecimento da economia, na oferta de moradia digna e na prestação de serviços de qualidade à população", acrescentou Baldy.

Para este ano, o orçamento aprovado pelo Conselho Curador destinado ao financiamento de projetos de habitação, saneamento e infraestrutura prevê que a habitação será o principal segmento contemplado, com R\$ 69,47 bilhões: o equivalente a 81,23% do montante aprovado, da ordem de R\$ 85,5 bilhões disponíveis.

Caso toda a previsão for utilizada, 528 mil pessoas poderão ser beneficiadas com financiamentos de moradias. Na sequência, infraestrutura urbana, com R\$ 8,68 bilhões e saneamento básico, com R\$ 6,86 bilhões, os quais poderão englobar 41,8 milhões de pessoas.

(Com informações do Ministério das Cidades)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Focus: Mercado eleva estimativa para IPCA em 2018, mas mantém

Veículo: Valor Econômico

Data: 16.08.18

Caderno: Brasil

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www.valor.com.br/brasil/5729879/focus-mercado-eleva-estimativa-para-ipca-em-2018-mas-mantem-selic>

13/08/2018 às 08h49

Focus: Mercado eleva estimativa para IPCA em 2018, mas mantém Selic

Por Ana Conceição | Valor



SÃO PAULO - (atualizada às 9h10) Os analistas do mercado financeiro aumentaram a estimativa para a inflação deste ano, enquanto mantiveram as expectativas para a taxa básica de juros ao fim do período, de acordo com o boletim Focus, do Banco Central. Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou a inflação de julho, que veio acima do esperado, provocando algumas revisões para cima no dado.

A mediana das projeções para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2018 aumentou de 4,11% para 4,15%. Para 2019, as apostas continuaram em 4,10%. Entre os analistas Top 5 (os que mais acertaram previsões), as revisões foram mais acentuadas. A mediana para o IPCA 2018 subiu de 4,10% para 4,16% e, para 2019, saiu de 4,07% para 4,20%.

Ambos os grupos - mercado em geral e Top 5 - mantiveram suas projeções para a Selic ao fim de 2018 e 2019. No primeiro caso, a estimativa se manteve em 6,50% e 8% e, no segundo, em 6,50% e 7,63%, respectivamente.

Na quarta-feira passada, o IBGE informou que o IPCA de julho desacelerou para 0,33%, de 1,26% em junho, mas ficou acima da média de 0,27% estimada por analistas. O índice foi pressionado principalmente pela alta na conta de luz. Já na quarta-feira, alguns bancos e consultorias tinham elevado as estimativas para a inflação no ano por causa do resultado.

Atividade econômica

Após três semanas em 1,50%, a mediana das projeções dos analistas de mercado para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) caiu para 1,49%, segundo o boletim Focus divulgado hoje. Para 2019, a mediana permaneceu em 2,50%.

Mais indicadores de atividade pós-greve dos caminhoneiros saíram na semana passada, apontando uma retomada enfraquecida da economia. O IBGE informou que as vendas do varejo restrito caíram 0,3% em junho, ante maio, feito o ajuste sazonal, quando se esperava alta ligeira de 0,1%. Em maio, o setor já tinha recuado 1,2% ante abril. No varejo ampliado - que agrega vendas de veículos e materiais de construção - a alta de 2,5%, não repôs nem metade da queda verificada em junho, de 5,1%.

O varejo ampliado, que tem forte correlação com o consumo das famílias, cresceu apenas 0,2% no segundo trimestre, ante o primeiro trimestre, quando subiu 1,4%, feito o ajuste sazonal. Um indicativo de que a paralisação causou uma desaceleração considerável das vendas na comparação com os três primeiros meses do ano.

Dólar

Os analistas que fazem parte do grupo Top 5 reduziram as previsões para o dólar ao fim de 2018 e de 2019.

Para o fim deste ano, a mediana das projeções do grupo saiu de R\$ 3,55 para R\$ 3,50 e, para 2019, de R\$ 3,65 para 3,58.

Ambas as estimativas são mais baixas que as do mercado em geral, que foram mantidas em R\$ 3,70 para o fim de ambos os anos, segundo o Focus.

Na semana passada, a moeda americana subiu 4,25% e, apenas na sexta-feira, teve a maior alta diária em um mês (1,64%) por causa da crise na Turquia, que afastou investidores de todas as moedas emergentes. Analistas de mercado, porém, afirmaram na sexta-feira que é preciso esperar as próximas sessões para saber qual a gravidade dessa nova crise e seu impacto global. No Brasil, as incertezas relacionadas à eleição presidencial também encarecem a moeda.

(Ana Conceição | Valor)



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Inflação pelo IGP

Veículo:

Data:

Enfoque:

Caderno:

Página: On-line

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link:

Inflação pelo IGP-10 cai e fecha em 0,51% em agosto

Com peso de 60% na formação da taxa, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) encerrou o mês de agosto com alta de 0,64%, uma queda de 0,35 ponto percentual em relação ao resultado de julho - 0,99%

A inflação - medida pelo Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) - desacelerou em agosto, fechando em 0,51%, resultado 0,42 ponto percentual menor que a alta de 0,93% em julho. Com o resultado, o índice acumula alta de 6,61% nos primeiros oito meses do ano, enquanto a taxa acumulada nos últimos 12 meses é de 8,78%.

Os dados foram divulgados ontem (15), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio

Vargas (Ibre FGV). Em agosto do ano passado, o IGP-10 havia fechado com deflação (inflação negativa) de 0,17%.

Segundo a FGV, a queda do indicador reflete desaceleração de preços nos três componentes que formam o IGP-10.

IPA-10

Com peso de 60% na formação da taxa, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) encerrou agosto com alta de 0,64%, queda de 0,35 ponto percentual em relação ao resultado de julho: 0,99%.

Os números refletem desaceleração de preços dos Bens



Segundo a FGV, a queda do indicador reflete desaceleração de preços nos três componentes que formam o IGP-10

Finais e dos Bens Intermediários, porque o grupo Matéria Primas Brutas fechou em alta.

No caso dos preços dos Bens Finais, houve uma queda média de 0,43% em agosto, após alta de 1,13% em julho. A principal contribuição para esse resultado partiu do subgrupo Alimentos Processados,

cuja taxa caiu de 4,83% para 0,36%.

O índice relativo a Bens Finais, que exclui os subgrupos alimentos in natura e combustíveis para o consumo, teve alta de 0,17% em agosto. Em julho, a taxa havia subido 1,93%.

A taxa do grupo Bens Intermediários caiu 0,99 ponto

percentual, passando de 1,99%, em julho, para 1% em agosto. A principal contribuição para esse movimento partiu do subgrupo Materiais e Componentes para a Manufatura. Houve queda de 2,58% para 0,60%.

Único dos três componentes do IPA a fechar com alta, o índice do grupo Matérias-Primas Brutas subiu 1,51% em agosto, após queda de 0,42% em julho.

IPC-10

Com peso de 30% na composição do IGP-10, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 0,14% em agosto, resultado 0,64 ponto percentual menor que o de julho: 0,78%.

Todas as classes de despesa componentes do índice registraram recuo em suas taxas de

variação, com destaque para o grupo Alimentação, que saiu de uma alta de 0,51% para uma deflação de 0,37% entre julho e agosto.

Também apresentaram decréscimo significativos em suas taxas de variação os grupos Habitação (1,63% para 0,82%), Transportes (0,78% para 0,09%), Educação, Leitura e Recreação (0,86% para -0,12%) e Comunicação (0,40% para 0,07%).

INCC-10

Com menor peso na composição do IGP-10 (apenas 10%), o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) subiu 0,46% em agosto, depois de ter encerrado julho com alta de 0,92%. O índice relativo a Materiais, Equipamentos e Serviços teve variação de 0,82% ante 1% de julho.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: CBIC apresenta perspectivas do setor sobre o aspecto político econômico, durante FICON 2018

Veículo:

Data:

Enfoque:

Caderno:

Página: On-line

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-15.08.2018.pdf>

CBIC apresenta perspectivas do setor sobre o aspecto político econômico, durante FICON 2018



Discutir as tendências do mercado imobiliário foi o principal objetivo da 7ª edição do Fórum da Indústria de Construção de Santos e Região (Ficon) nesta quarta-feira (15/08), na Associação Comercial de Santos (ACS), no Centro Histórico de Santos, no litoral de São Paulo. Já na primeira palestra do evento, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, abordou as perspectivas do setor sobre o aspecto político econômico.

O prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa, anunciou benefícios para incentivar o repovoamento do centro da cidade, como isenções fiscais para comerciantes na área central e vantagens para quem fizer *retrofit* em prédios degradados. Além disso, prometeu isenção de cinco anos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para quem adquirir imóveis construídos no centro e isenções no Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

Realizado pelo Grupo Tribuna e Una Marketing de Eventos, o fórum também contou com a presença do governador Márcio França (PSB). **Clique aqui** para mais informações.

(Com informações do A Tribuna.com)



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Falta trabalho para 27 milhões de brasileiros, diz IBGE

Veículo: Exame

Data: 16.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://exame.abril.com.br/economia/falta-trabalho-para-27-milhoes-de-brasileiros-diz-ibge/>

ECONOMIA

Falta trabalho para 27 milhões de brasileiros, diz IBGE

Brasil alcançou o recorde de 4,833 milhões de pessoas em situação de desalento no segundo trimestre de 2018

Por **Estadão Conteúdo**
© 16 ago 2018, 09h59



Taxa composta de subutilização da força de trabalho teve ligeiro recuo de 24,7% no primeiro trimestre de 2018 para 24,6% no segundo trimestre do ano (Reinaldo Canato/VEJA)

Rio – A taxa composta de subutilização da força de trabalho teve ligeiro recuo de 24,7% no primeiro trimestre de 2018 para 24,6% no segundo trimestre do ano, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) trimestral, divulgados nesta quinta-feira, 16, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**).

O resultado equivale a dizer que faltava trabalho para 27,636 milhões de pessoas no país no segundo trimestre deste ano.

O indicador inclui a taxa de desocupação, a taxa de subocupação por insuficiência de horas e a taxa da força de trabalho potencial, pessoas que não estão em busca de emprego, mas estariam disponíveis para trabalhar.

No segundo trimestre de 2017, a taxa de subutilização da força de trabalho estava mais baixa, em 23,8%.

Desalento

O Brasil alcançou o recorde de 4,833 milhões de pessoas em situação de desalento no segundo trimestre de 2018, o maior patamar da série histórica da Pnad Contínua iniciada em 2012 pelo IBGE.

O resultado significa quase 200 mil desalentados a mais em apenas um trimestre. No primeiro trimestre do ano, o País tinha 4,630 milhões de pessoas nessa situação. No primeiro trimestre de 2012, início da série histórica da pesquisa, essa população totalizava 1,995 milhão.

A população desalentada é definida como aquela que estava fora da força de trabalho por uma das seguintes razões: não conseguia trabalho, ou não tinha experiência, ou era muito jovem ou idosa, ou não encontrou trabalho na localidade – e que, se tivesse conseguido trabalho, estaria disponível para assumir a vaga. Os desalentados fazem parte da força de trabalho potencial.

A taxa de desalento ficou em 4,4% da força de trabalho ampliada no segundo trimestre de 2018, também a mais elevada da série histórica. Entre as unidades da federação, Alagoas (16,6%) e Maranhão (16,2%) registraram as maiores taxas de desalento. O Rio de Janeiro (1,2%) e Santa Catarina (0,7%) tiveram os menores resultados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Órgãos da Prefeitura discutem em Manaus o planejamento e a aplicação do orçamento da capital até 2030. O objetivo é estruturar a cidade para o futuro

Veículo: Rede Tiradentes

Data: 16.08.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Reportagem do dia

Página: On-line

Link: <http://www.redetiradentes.com.br/16-08-orgaos-da-prefeitura-discutem-em-manaus-o-planejamento-e-a-aplicacao-do-orcamento-da-capital-ate-2030-o-objetivo-e-estruturar-a-cidade-para-o-futuro-jackeline-farah/>

16.08 – Órgãos da Prefeitura discutem em Manaus o planejamento e a aplicação do orçamento da capital até 2030. O objetivo é estruturar a cidade para o futuro – Jackeline Farah

16/08/2018 - 9h21



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: PIB no vermelho no 2º trimestre não é consenso, mas projeções para o ano pioram

Veículo: G1

Data: 16.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/16/pib-no-vermelho-no-2o-trimestre-nao-e-consenso-mas-projecoes-para-o-ano-pioram.ghtml>

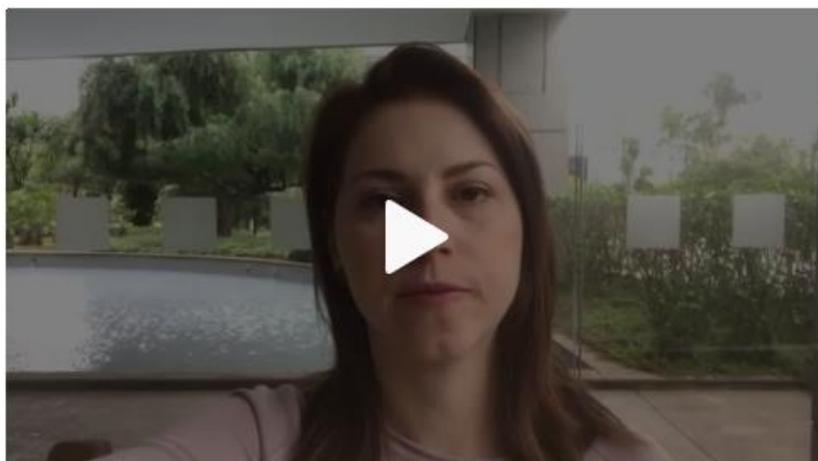
PIB no vermelho no 2º trimestre não é consenso, mas projeções para o ano pioram

Segundo índice do BC, a economia brasileira encolheu 0,99% no 2º trimestre. Números oficiais serão divulgados pelo IBGE em 31 de agosto. Parte do mercado já vê alta do PIB perto de 1% em 2018.

Por Darlan Alvarenga*, G1
16/08/2018 07h00 - Atualizado há 31 minutos

A pesar de ter conseguido recuperar em junho boa parte das perdas registradas em maio por conta da greve dos caminhoneiros, a economia brasileira patinou no segundo trimestre e após a divulgação de uma série de indicadores antecedentes aumentaram as apostas de que o país pode ter registrado a primeira queda trimestral, depois de 5 períodos seguidos no azul.

Os números oficiais do Produto Interno Bruto (PIB), que é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), só serão conhecidos no dia 31 de agosto. Mas após a **divulgação do Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central** nesta quarta-feira, diversos analistas reforçaram suas expectativas de retração da economia na comparação com os 3 primeiros meses do ano.



Prévia do PIB do BC cai no segundo trimestre. E eu com isso?

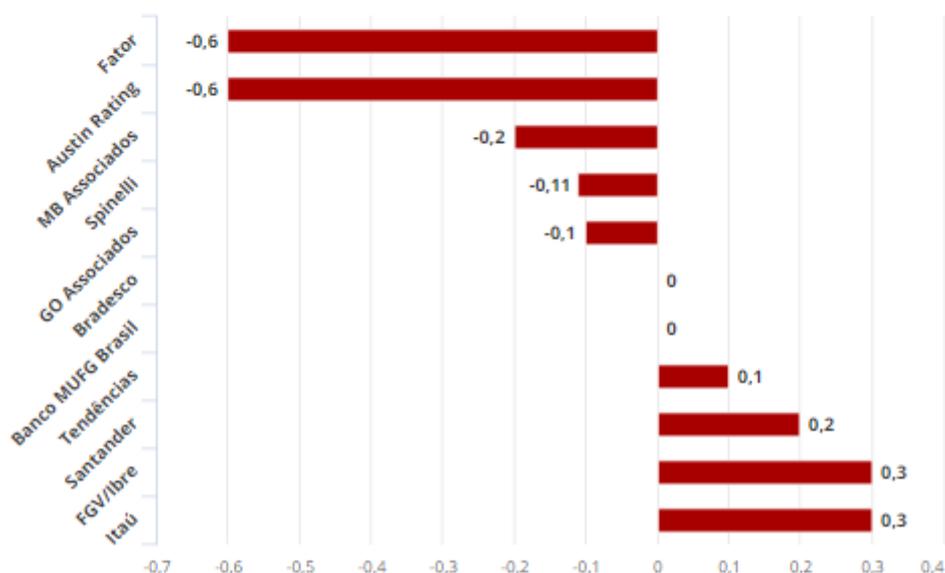
Algumas projeções ainda indicam PIB no azul no 2º trimestre, mas nestes casos a estimativa é de um resultado muito próximo do zero. E é consenso que o ritmo de recuperação da economia está mais lento do que se esperava no começo do ano, o que faz com que as previsões para o crescimento da economia no ano continuem sendo revisadas para baixo. Parte do mercado já vê um crescimento do PIB próximo de 1% em 2018.

O Ministério da Fazenda espera um resultado **levemente positivo no segundo trimestre**. Para o ano, a expectativa é de crescimento de 1,6%.

Em 2017, o PIB teve uma alta de 1%, após dois anos consecutivos de retração e, no primeiro trimestre deste ano, **avançou 0,4% contra os três meses anteriores**, sustentado principalmente pela agropecuária.

Previsões para o PIB do 2º trimestre

Variação na comparação com o 1º trimestre, em %



Fonte: Levantamento G1

Segundo o **índice do BC, a economia brasileira encolheu 0,99% no 2º trimestre** – a maior queda desde o primeiro trimestre de 2016 (-1,51%).

O IBC-Br costuma ser chamado de "prévia do PIB", mas utiliza um cálculo um pouco diferente do usado no PIB e nem sempre mostra proximidade com os dados oficiais divulgados pelo IBGE. O índice do Banco Central é calculado a partir de outros indicadores econômicos setoriais, de agricultura, indústria, comércio e serviços – acrescido de impostos. Já o PIB é a soma dos bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

No 1º trimestre, o indicador do BC apontou uma retração de 0,13% na economia, enquanto o **PIB oficial cresceu 0,4%, segundo o IBGE**. Na revisão divulgada nesta quarta-feira (15) pelo Banco Central, o IBC-BR teve expansão de 0,2% nos três primeiros meses de 2018.

A economista Luana Pimentel, do Ibre/FGV, afirma que é preciso ter cautela na comparação entre IBC-Br e PIB, pois existem diferenças metodológicas que podem gerar divergências no curto prazo e no ajuste sazonal utilizado para comparar períodos diferentes de um ano.

"De modo geral, os indicadores da atividade econômica apresentaram recuperação em junho, após a greve dos caminhoneiros que representou um forte choque de oferta na economia. Essa recuperação exibida em junho somada a um mês de abril muito positivo para a atividade possibilitam esse crescimento positivo que esperamos para o PIB do 2º trimestre", diz a analista.

Já o economista Luiz Castelli, da GO Associados, passou a projetar queda de 0,1% no PIB do 2º trimestre, e de 1,4% para o ano.

"O terceiro trimestre deve mostrar um número melhor, por volta de 0,7% ou 0,8%, em grande parte em virtude da base fraca de comparação. O problema é que a perda de confiança pós-greve [dos caminhoneiros], e as incertezas internas, com as eleições, e externas, com juros em alta nos EUA e guerra comercial, atrapalham uma retomada mais consistente".



 Miriam Leitão: Confiança na economia caiu muito

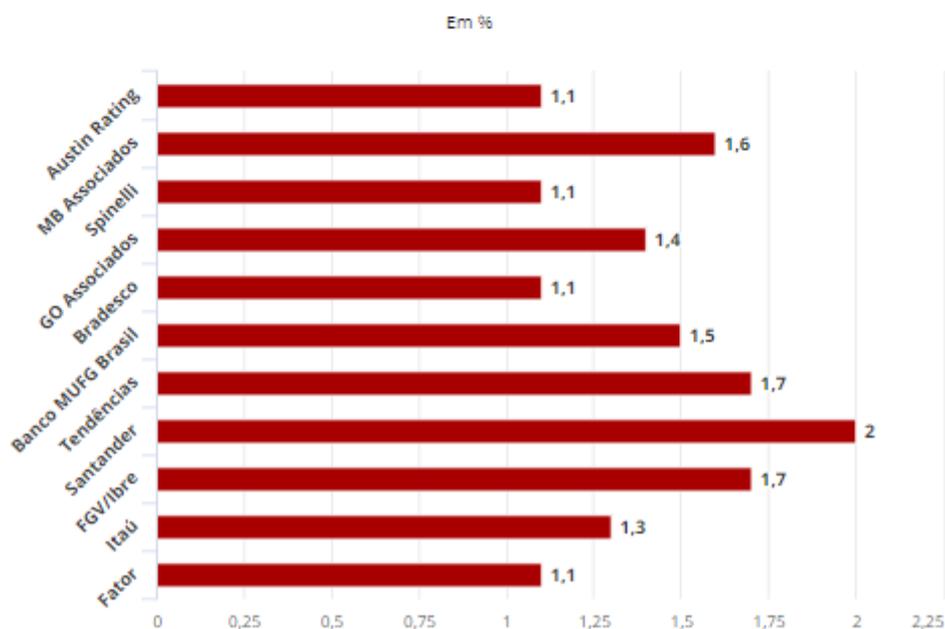
Ainda que indicadores da indústria, serviços e comércio já tenham mostrado uma recuperação das perdas de maio, o desemprego elevado associado à baixa confiança de empresários e consumidores num ano marcado por incertezas por conta das às eleições presidenciais continua limitando o consumo e os investimentos, cenário que dificulta uma retomada mais firme da economia.

Entre as projeções mais pessimistas está a da Austin Rating, que estima uma queda de 0,62% no PIB do 2º trimestre e reduziu a estimativa para a alta do PIB em 2018 de 1,8% para 1,1%.

Previsões para 2018 reduzidas

Parte do mercado já projeta uma alta do PIB perto de 1% em 2018. No início do mês, o Bradesco revisou sua projeção de crescimento para economia de 1,5% para 1,1%.

Previsões para desempenho do PIB em 2018



Pesquisa Focus mais recente do Banco Central, que ouve cerca de uma centena de economistas todas as semanas, aponta que as **expectativas para o crescimento da economia para este ano estão em 1,49%**, metade do que era esperado alguns meses antes.

O próprio governo federal reduziu em julho sua previsão de crescimento do PIB neste ano de 2,5% para 1,6%. Até maio, estava em 2,97%. Após a greve dos caminhoneiros, as projeções passaram a cair para menos de 2%.

"Pela dinâmica apresentada pelos indicadores de abril e sem a interrupção causada pela paralisação, a economia poderia ter crescido em ritmo bem mais expressivo", afirma Alessandra Ribeiro, da Tendências, que prevê alta de apenas 0,1% do PIB no 1º trimestre.

A paralisação da categoria gerou uma crise no abastecimento em todo o país e falta de diversos produtos, impactando tanto a produção da indústria e do agronegócio como também as vendas do comércio e a prestação de serviços. O **Ministério da Fazenda estimou um efeito de R\$ 15,9 bilhões na economia.**

A paralisação veio em um momento em que já havia incertezas sobre a economia e a capacidade do governo de promover medidas para tentar reequilibrar as contas públicas. Com a greve, os índices de confiança, que já vinham apresentando sinais de recuo, pioraram ainda mais, afetando diretamente a intenção de novos investimentos. O Indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), espécie de termômetro do nível dos investimentos no Brasil, registrou **queda de 0,9% no segundo trimestre.**

O economista Alex Agostini, da Austin Ratings, destaca, entretanto, que a greve dos caminhoneiros não é a única responsável pelo fraco desempenho da economia no 2º trimestre. Entre os fatores que frustraram as expectativas, ele cita o cenário internacional mais turbulento, com as taxas de juros nos EUA em trajetória de alta e a escalada da "guerra comercial" aberta com a postura mais protecionista do governo Donald Trump.

"A paralisação dos caminhoneiros, em maio, e a Copa do Mundo, em junho, acentuou esse processo de perda de confiança com efeito negativo sobre o ritmo de investimentos, que reduziu ainda mais com a turbulência política e seus reflexos no mercado de capitais, em particular sobre a dinâmica da taxa de câmbio e bolsa de valores", afirma Agostini.

** Colaborou Luiz Guilherme Gerbelli*



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Contas públicas devem fechar o ano com déficit de R\$ 148,17 bilhões

Veículo: Agencia Brasil

Data:

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-08/contas-publicas-devem-fechar-o-ano-com-deficit-de-r-14817-bilhoes>

Contas públicas devem fechar o ano com déficit de R\$ 148,17 bilhões

Publicado em 16/08/2018 - 10:46 Por Kelly Oliveira - Repórter da Agência Brasil  Brasília

Instituições financeiras consultadas pelo Ministério da Fazenda reduziram a previsão para o resultado negativo das contas públicas neste ano. A estimativa do déficit primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) passou de R\$ 149,642 bilhões, em julho, para R\$ 148,171 bilhões, em agosto.

A estimativa está abaixo da meta de déficit prevista pelo governo, de R\$ 159 bilhões. O resultado primário é formado por receitas menos despesas, sem considerar os gastos com juros.

Os dados constam da pesquisa Prisma Fiscal, elaborada pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com base em informações do mercado financeiro.

Para 2019, a estimativa das instituições financeiras para o déficit foi mantida em R\$ 123,288 bilhões.

A estimativa para as despesas, neste ano, chegou a R\$ 1,367 trilhão, ante R\$ 1,366 trilhão, previstos em julho. As receitas líquidas devem chegar a R\$ 1,220 trilhão, em 2018, contra R\$ 1,217 trilhão, na previsão anterior.

Para 2019, a projeção de receita líquida do Governo Central é de R\$ 1,304 trilhão, ante R\$ 1,302 trilhão previstos no mês passado. No caso da despesa total, a projeção ficou em R\$ 1,424 trilhão, ante R\$ 1,422 trilhão, previsto em julho.

A pesquisa apresenta também a projeção para a dívida bruta do Governo Central, que, na avaliação das instituições financeiras, deve ficar em 76% do Produto Interno Bruto (PIB – soma de todas as riquezas produzidas pelo país), neste ano. Essa é a mesma previsão divulgada em julho. Para 2019, a estimativa ficou em 78,08% do PIB, ante 78,10% previstos no mês passado.

Edição: Maria Claudia

Tags: CONTAS PÚBLICAS, DÉFICIT PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL, R\$ 148, 17 BILHÕES

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: CBIC e Sesi disseminarão projetos de interesse do setor da construção

Veículo: CBIC Hoje

Data: 15.08.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-15.08.2018.pdf>

CBIC e Sesi disseminarão projetos de interesse do setor da construção



A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Sesi Nacional vão formalizar uma parceria para a disseminação de projetos do serviço social da indústria, como o da plataforma do Sesi Viva+ para a gestão de saúde e segurança de trabalho e promoção da saúde, como a do eSocial. O convite para a cooperação foi feito no último dia 10 de agosto pelo diretor da Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi Ramacciotti, durante visita do presidente da CBIC, José Carlos Martins, ao Centro de Inovação do Sesi de Santa Catarina, no Sapiens Parque, em Florianópolis. "Vamos fazer uma sequência de eventos de divulgação, com a apresentação dos serviços, mostrando os riscos do eSocial e a solução via plataforma Sesi Viva+", destaca Martins.

Instituído pelo Decreto nº 8.373/2014, o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) passou a funcionar de forma integrada e obrigatória, desde janeiro de 2018. Ele é o novo modo de comunicar informações como

vínculos dos trabalhadores, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, acidentes de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e FGTS aos órgãos governamentais – Receita Federal do Brasil, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Caixa Econômica Federal e Ministério do Trabalho.

Também participaram da reunião, pela CBIC, a gerente de Negócios – Projetos, Georgia Grace, e a gestora dos Projetos de Infraestrutura da CBIC, Denise Soares. O mencionado Sapiens Parque abriga o Instituto da Indústria Robson Braga de Andrade, inaugurado em maio deste ano. A estrutura, de 3,3 mil m², comporta, além do Centro de Inovação Sesi em Tecnologias para Saúde, o Instituto Senai de Inovação em Sistemas Embarcados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: STF julga terceirização hoje. “Terceirização irrestrita é inconstitucional e representará enormes prejuízos aos trabalhadores e à economia brasileira”, afirmam especialistas.

Veículo: Rede Tiradentes

Data: 16.08.18

Caderno: Noticias

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://www.redetiradentes.com.br/stf-julga-terceirizacao-hoje-eventual-terceirizacao-irrestrita-das-atividades-empresariais-e-inconstitucional-e-representara-enormes-prejuizos-aos-trabalhadores-e-a-economia-brasileira/>



**STF julga terceirização hoje.
“Terceirização irrestrita é
inconstitucional e representará enormes
prejuízos aos trabalhadores e à
economia brasileira”, afirmam
especialistas.**

16/08/2018 - 11h09



Nesta quinta-feira (16/8), às 14h, o Supremo Tribunal Federal (STF) poderá definir o alcance da terceirização no país. Serão julgados três processos que definirão se a terceirização das atividades-fim de empresas e a terceirização de call centers por empresas de telefonia são constitucionais.

Entre os pontos principais, o Supremo definirá se a Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que só permite a terceirização de atividades-meio, pode subsistir. A decisão poderá impactar na recente lei da Reforma Trabalhista.

Na visão dos **advogados Mauro Menezes, Gustavo Ramos, Monya Tavares sócios do escritório Mauro Menezes Advogados e que representam a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e a Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações, ambas *amicus curiae* nos julgamentos, e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Ganhães e Região (SITIEXTRA)**, a terceirização irrestrita é inconstitucional e terá impacto negativo no nível salarial, na segurança e na organização coletiva dos trabalhadores.

“A terceirização irrestrita das atividades-fim em qualquer área impactará negativamente na economia nacional, haja vista o achatamento substancial da renda dos trabalhadores. Vale destaca que os salários dos terceirizados são, em média, 27% menores que os de trabalhadores efetivos. E essa queda também impactará o orçamento da Previdência Social, do FGTS, do seguro-desemprego, pois a base de incidência das respectivas alíquotas será reduzida e o período de permanência em um emprego será menor”, analisa Mauro Menezes.

Os especialistas defendem também que a liberação da terceirização de atividade-fim contraria uma série de princípios constitucionais como, por exemplo, o da saúde e do trabalho digno, da proteção do trabalhador, do valor social do trabalho e da função social da empresa.

“A terceirização nas atividades-fim das empresas significa contraria a Constituição Federal e seus mais relevantes princípios de proteção ao trabalhador. Isso porque provocará um grande desequilíbrio de forças entre os atores sociais das relações trabalhistas e resultará na precarização do labor humano”, defende o advogado Gustavo Ramos.

A liberação da terceirização da atividade-fim implicará a revisão da jurisprudência trabalhista histórica, consagrada pela Súmula 331 do TST.

A terceirização de todas as atividades, reforçam os advogados, também contraria diretrizes internacionais do trabalho. Entre elas as convenções e pactos estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização das Nações Unidas (ONU). “A terceirização da atividade-fim transforma o trabalho em mercadoria”, afirmam os advogados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Pauderney reforça ênfase na defesa da ZFM

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 16.08.18

Caderno: Economia

Página: A6

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Pauderney reforça ênfase na defesa da ZFM

ANDRÉIA LEITE

redacao@jcam.com.br

Em entrevista ao Amazon Play, programa "2018 - O Ano da Transformação", uma parceria com o Grupo de Comunicação Jornal do Commercio, o deputado federal Pauderney Avelino (DEM-AM), falou sobre a candidatura ao Senado Federal e sobre a atuação como parlamentar.

Pauderney falou sobre as questões estratégicas em torno da reforma Tributária, do modelo ZFM e na defesa dos interesses do Amazonas. "Difícilmente nós somos derrotados em Brasília, mesmo sendo uma bancada diminuta com oito deputados e São Paulo com 70 deputados", argumentou.

O deputado comentou ainda sobre a questão da inserção da ZFM na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), de renúncia fiscal que incomoda políticos de outras regiões, fato que ele afirmou discordar. Segundo o deputado essa renúncia vem acompanhada de neutralidade fiscal e geração de empregos que eles não reconhecem.

Citou as arrecadações de tributos ISS, ICMS que sustenta os municípios do Estado, além dos demais que fazem parte da cesta de tributos locais. Onde esses tributos arrecadados aqui e mais os tributos federais totalizam R\$ 25 bilhões por ano. "Isso significa que a Zona Franca Manaus renuncia para arrecadar. Se não houvesse renúncia, não haveria receita e é isso que movimenta a economia do Estado", avaliou.

Para Pauderney, essa economia gera riqueza e mantém a floresta em pé, ele destacou a grande biodiversidade da Floresta Amazônica e afirmou que a preservação está ligada à geração de recurso e geração de atividade econômica.

Sobre o CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia), Pauderney destacou a conquista da independência orçamentária e a personalidade jurídica. "Agora

com autonomia orçamentária o CBA se torna independente, eu ajudei nessa autonomia e consegui que a medida provisória fosse editada ajudando no desenvolvimento para nossa região”, lembrou.

Pauderney fez duras críticas ao governo sobre a falta de planejamento e desorganização na economia. Avaliou as dificuldades que o futuro presidente vai enfrentar para resolver os problemas. Sobre as vantagens do modelo Zona Franca, Pauderney defende, “Esse tipo de incentivo é diferente das outras regiões, esse incentivo é para o produto, não pra empresa, se a empresa não produz, não há incentivo. A extremidade fiscal do Brasil, não permite essas condições de desenvolvimento a outros Estados, não há espaços para dois”, concluiu. O pré-candidato declarou que a indústria 4G precisa ser pensada, as tecnologias voltadas ao setor de eletroeletrônicos, como som, acabam deixando de lado o software, ele propõe criar uma evolução para agregar essa questão com as empresas de P&D.

Concentrados

A redução da alíquota do IPI para o polo de concentrados de 20% para 40%, aumenta na redução de créditos para empresas de bebidas, tornando insegura a permanência dessas indústrias no Estado.

Segundo Pauderney, a lei não respeitou a quarentena, para o IPI é preciso aguardar o prazo de 90 dias para a cobrança. Segundo ele não foi isso que a Receita Federal deu aos contribuintes.

Educação

O deputado comemorou o empenho na liberação junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) na ordem de R\$ 140 milhões, que contemplou vinte cinco municípios com quadra, creches, escolas, transportes, ginásios e mobiliários ligados às escolas.

Mais notícias

CBIC

[CBIC Hoje NEWSLETTER 15/08/2018 / EDIÇÃO 6131](#)

Exame.com

[Mercado vê inflação maior, mas não muda visão sobre Selic estável.](#)

Senado notícias

[Projeto libera construções à margem de estradas e ferrovias](#)

AGENDA

AGOSTO

18 – Dia Nacional da Construção Social (DNCS)

28 – WorkShop Gratuito sobre as principais mudanças no PBQP-H para a versão 2018.

SETEMBRO

20 – I seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura

Participe do Dia Nacional da Construção Social



Werbesson,
trabalhador da construção,
e sua família



saúde



lazer



cidadania

UM DIA DE SAÚDE, LAZER E CIDADANIA PARA
O TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO E SUA FAMÍLIA

INFORMAÇÕES
(92)3233-7880 / (92) 3233-5463
CONTATO@SECONCI-MANAUS.COM.BR

**DIA NACIONAL
DA CONSTRUÇÃO
SOCIAL**
E D I Ç Ã O 2 0 1 8

*O Futuro
dos nossos filhos*

18 DE AGOSTO, DE 9 ÀS 14H, NO CLUBE DO TRABALHADOR DO SESI

Apoio



Apoio Especial



Realização



Promoção





I Seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura

Objetivo: apresentar aos profissionais de engenharia e arquitetura que atuam na elaboração de projetos, execução de obras, tecnologias industriais e agrícolas a questão social e ambiental, bem como suas certificações.

- DIA: 20.09 ÀS 19:00
- LOCAL: AUDITÓRIO CETAM - DOM PEDRO I - MANAUS- AM
- FACILITADOR: SR. TAKASHI YAMAUCHI (MEMBRO ISO E ABNT)

PARTICIPE É GRATUITO!

PATROCÍNIO

+Babbel

REALIZAÇÃO



APOIO





Apoio:
SINDUSCON-AM
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA
CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

O PBQP-H MUDOU!
Descubra as novidades do Regimento do SiAC 2018

WORKSHOP GRATUITO

28 DE AGOSTO DE 2018 | DAS 18H ÀS 21H
AUDITÓRIO AUTON FURTADO JÚNIOR, 10 ANDAR
(SEDE DA FIEAM)

AVENIDA JOAQUIM NABUCO, 1919 - CENTRO

PARA MAIS INFORMAÇÕES: WWW.EETIKA.COM.BR/PBQPH-ISO9001
SINDUSCON-AM: (92) 36226525